

PARECER JURÍDICO

PROCESSO: 53.819-1/2023 (45.851-1/2023, 46.327-2/2023, 182.247- 0/2024 e 188.619-3/2024)

ASSUNTO: Contas da Prefeitura Municipal de Água Boa - MT do exercício de 2023

PROPONENTE: Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

PARECER Nº: 090/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA. CONTAS ANUAIS DE GOVERNO EXERCÍCIO DE 2023. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO. RECOMENDAÇÃO AO PODER LEGISLATIVO.

1. RELATÓRIO

Trata-se o presente parecer acerca da análise das Contas da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT do exercício de 2023.

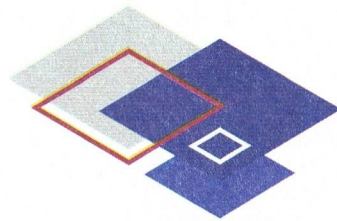
2. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1. DA COMPETÊNCIA E INICIATIVA

O projeto versa sobre matéria de competência da Câmara de Vereadores, em detrimento das previsões legais dos artigos 24, VII, da Lei Orgânica Municipal e artigos 3º e 167 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Água Boa - MT, senão vejamos:

Art. 24. Compete privativamente à Câmara Municipal:

VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo Máximo de 60



(sessenta) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:
[...]. (grifo nosso).

Art. 3º - As funções de fiscalização financeira consistem no acompanhamento das atividades financeiras do município desenvolvidas pelo executivo ou pela própria Câmara e no julgamento das contas apresentadas pelo prefeito e da própria Câmara, sempre mediante o auxílio do Tribunal de Contas do Estado. (grifo nosso).

Art. 167 – Toda matéria legislativa de competência da Câmara, dependendo de manifestação do Prefeito, será objeto de Projeto de Lei, todas as deliberações privativas da Câmara, tomadas em plenário, que independem do Executivo, terão forma de Decreto Legislativo ou de Resolução, conforme o caso.

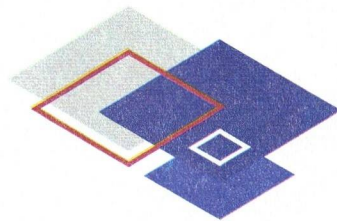
§ 1º - Destinam-se os Decretos Legislativos a regular matéria, de exclusiva competência da Câmara, sem a sanção do Prefeito e, que tenham efeito externo, tais como:

II – Aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Município, proferido pelo Tribunal de Contas do Estado; (grifo nosso).

Desta forma, correta se faz a competência da Câmara Municipal de Vereadores de Água Boa - MT para apreciar as presentes Contas da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT do exercício de 2023.

2.2. DA LEGISLAÇÃO VIGENTE

Inicialmente cumpre esclarecer que a o presente Parecer Jurídico dispõe sobre matéria jurídica, logo, toda e qualquer análise contábil não é de competência da presente assessoria jurídica.



Em observância as presentes “Contas da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT do exercício de 2023”, inicialmente cumpre esclarecer que esta deve seguir os trâmites previstos nos artigos 207 a 210 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Água Boa - MT, que aduzem:

Art. 207 – Recebido o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, este será protocolado, e independente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia do mesmo, bem como do Balanço anual, a todos os Vereadores, enviando o Processo a Comissão Geral, que terá o prazo de até 50 (cinquenta) dias para apresentar ao Plenário seu pronunciamento, acompanhado do Projeto de Decreto Legislativo pela aprovação ou rejeição do parecer prévio.

§ 1º - Até 30 (trinta) dias depois do recebimento do processo, a Comissão Geral receberá pedidos escritos dos Vereadores, solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.

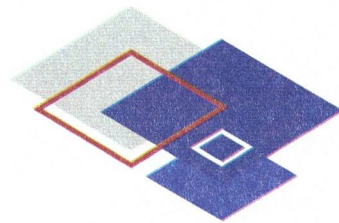
§ 2º - Para responder aos pedidos de informação, a Comissão poderá realizar diligências e vistorias externas, bem como, mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na prefeitura.

§ 3º - No prazo de 60 (sessenta) dias, contados do protocolo de recebimento, o Plenário da Câmara Municipal deverá apreciar e votar o Parecer Prévio e, em seguida encaminhar ao Tribunal de Contas e/ou Ministério Público a cópia do Decreto Legislativo, cópia da Ata de aprovação ou rejeição das contas, e cópia do ato da publicação do Decreto Legislativo, que poderá ser no Diário Oficial do Estado ou em jornal e revista de grande circulação.

Art. 208 – O Projeto de Decreto Legislativo apresentado pela Comissão Geral sobre a prestação de contas, será submetido a uma única discussão e votação, assegurando-se aos Vereadores debater a matéria. Parágrafo Único – Não se admitirão emendas ao Projeto de Decreto Legislativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT
PODER LEGISLATIVO - GESTÃO 2023-2024



Art. 209 – O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre todas as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara devem prestar anualmente, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Art. 210 – Na sessão em que for apreciado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas, a Ordem do Dia será destinada exclusivamente à sua discussão e votação.

Ainda, tem-se que a competência para julgar as contas de gestão dos prefeitos municipais é conferida ao Poder Legislativo, o qual conta com auxílio do Tribunal de Contas, conforme disciplina o artigo 31 da Constituição Federal, senão vejamos:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

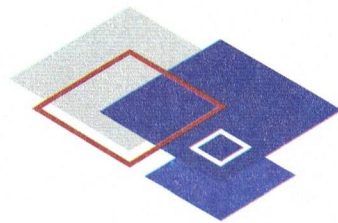
§ 1º. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º. As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º. É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

Conforma disposto em “Item 2.1” do presente Parecer Jurídico, tem-se que a competência para julgar as contas do prefeito é da Câmara Municipal de Vereadores, nos



termos do artigo 24, VII, da Lei Orgânica Municipal, além de neste artigo dispor sobre demais preceitos legais constantes em alíneas “a”, “b” e “c”, senão vejamos:

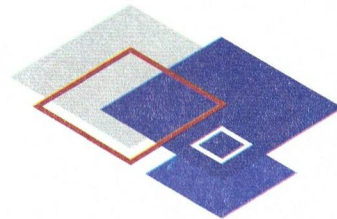
Art. 24. Compete privativamente à Câmara Municipal:

VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo Máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

- a) o parecer do tribunal somente deixara de prevalecer por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara;
- b) decorrido o prazo de sessenta dias, sem deliberação pela Câmara, as contas com o parecer do tribunal de Contas serão colocadas na Ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final;
- c) se rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente, remetidas ao Ministério Público para os fins e direito.

O Supremo Tribunal Federal também já decidiu, no Recurso Extraordinário 848826/DF (Repercussão Geral), que cabe à Câmara Municipal, auxiliada pelo Tribunal de Contas, apreciar as contas do Poder Executivo Municipal, abrangendo a análise tanto as contas de governo quanto as de gestão. Ainda, no Recurso Extraordinário 729744/MG (também de Repercussão Geral), firmou entendimento no sentido da natureza meramente opinativa do parecer prévio do Tribunal de Contas, de forma que compete exclusivamente à Câmara Municipal julgar as contas anuais do Prefeito, sendo vedado o seu julgamento ficto por decurso do prazo.

Por outro lado, a título de informação, quanto às contas dos Presidentes das Câmaras de Vereadores, o Supremo entendeu que devem ser julgadas pelo Tribunal de Contas, sendo inconstitucional norma que atribua esta competência ao próprio Poder Legislativo (Ação Direta de Inconstitucionalidade 1964/ES).



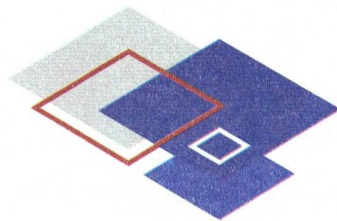
Sobre a tomada de contas do Prefeito e o que deve ser analisado pela Câmara Municipal, Leciona Hely Lopes Meirelles:

A Câmara Municipal, diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas, fiscalizará o cumprimento das normas da Lei Complementar 101, de 4.5.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal– LRF), com ênfase no que se refere aos incisos de seu art. 59, a saber: I – atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias (LDO); II – limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar; III – medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22-23; VI – providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidadas e mobiliária aos respectivos limites; V – destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as dessa lei complementar; VI – cumprimento do limite de gastos totais dos Legislativos Municipais, quando houver. (...) O controle das contas do Município deve ser exercido nos seguintes aspectos: da natureza dos fatos controlados (contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial); da amplitude do controle (Administração Municipal direta e indireta); da legalidade; legitimidade; economicidade; aplicação das subvenções; e de renúncia de receita. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 695/696).

Ainda, conforme se analisa em Parecer do TCE/MT referente as “Contas da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT do exercício de 2023”, este exarou as seguintes determinações:

a) determine ao Chefe do Poder Executivo que:

I) proceda segundo o princípio da gestão fiscal responsável (§1º do art. 1º da LRF), o controle das receitas e das despesas,



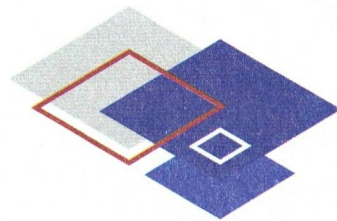
mediante exame atento dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, adotando, se necessário em caso de aumento de gastos e de queda das receitas previstas, especialmente as de transferências correntes, que eventualmente constituam o maior parte da receita do Município, medidas efetivas à luz da prescrição do art. 9º da LRF, para garantir que o resultado orçamentário se apresente superavitário ao final do exercício financeiro e, também, em ocorrendo déficit orçamentário mesmo com a adoção das medidas de contenção de despesas, buscar ao máximo reduzi-lo a patamar que não possa ser capaz de implicar comprometimento do equilíbrio das contas públicas;

II) adote providências efetivas no sentido de assegurar o cumprimento das regras previstas para abertura de créditos adicionais (art. 167, II, V e VII, da Constituição Federal; arts. 40 a 46 e 59 da Lei nº 4.320/1964; parágrafo único do art. 8º e art. 50, I, ambos da LRF), a fim de que os créditos adicionais suplementares e especiais sejam abertos mediante prévia autorização legislativa e possuam os recursos correspondentes nas respectivas fontes, assim como para que não ocorram aberturas indiscriminadas de créditos adicionais, ou, venham a ser abertos créditos adicionais para execução de programas e atividades incompatíveis com as previstas nas peças orçamentárias, e/ou, em volume superior ao limite estabelecido no orçamento, de modo a evitar o desvirtuamento da programação orçamentária e impedir o comprometimento da regular execução orçamentária;

III) observe e cumpra os mandamentos constitucionais e ~~infraconstitucionais de prestar contas (art. 34, VII, “d”, c/c art. 35,~~



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT
PODER LEGISLATIVO - GESTÃO 2023-2024



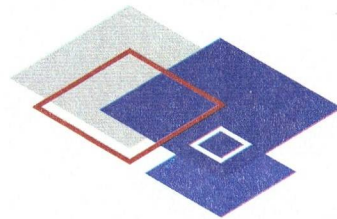
II, c/c art. 70, parágrafo único, c/c art. 70, I e VII, todos da CF); arts. 209, §1º, e 215 da Constituição Estadual; art. 36, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 – Lei Orgânica do TCE/MT; arts. 2º, caput e §2º; 78, VI; 142; 145, caput e parágrafo único; e 170, todos do RITCE/MT;

b) recomende ao Chefe do Poder Executivo que:

I) observe e cumpra os regramentos do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e das Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC 23 e 25, e que realize o devido registro dos fatos contábeis no Sistema APLIC, inclusive, com correções/atualizações a partir da republicação de demonstrativos contábeis;

II) elabore e implemente, no âmbito de sua autonomia administrativa, um plano de ação no sentido de viabilizar e assegurar a inclusão no currículo escolar de conteúdo sobre prevenção da violência contra criança, adolescente e a mulher, e, a realização de eventos de combate à violência contra as mulheres, em cumprimento ao disposto no §9º do art. 26 da Lei nº 9.394/1996, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 14.164/2021, e no art. 2º da Lei nº 14.164/2021; e

III) promova no âmbito de sua autonomia administrativa, plano de ação no sentido de buscar máxima efetividade possível na cobrança e na arrecadação dos tributos de sua competência, com vistas a manter em patamar equilibrado o nível de dependência das transferências correntes.



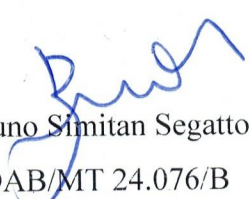
Nessa linha, tem-se que as recomendações acima se mostram legais, bem como o voto seguiu pela “emissão de parecer favorável às contas da Prefeitura Municipal de Água Boa - MT, relativas ao exercício de 2023”.

Deste modo, o presente parecer jurídico não vê inconstitucionalidades flagrantes no texto do presente Projeto de Lei, cabendo aos vereadores, em plenário, discutirem e votarem sua possível aprovação.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, respeitada a natureza opinativa do Parecer Jurídico e assegurada a soberania do Plenário, OPINO pela CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e POSSIBILIDADE JURÍDICA do presente Projeto de Lei.

Água Boa - MT, 08 de novembro de 2024.


Bruno Simitan Segatto
OAB/MT 24.076/B
Assessor Jurídico